

Fevereiro / 2022

Confiança e Serviço

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a promoção da ética incorporou novos conceitos, com vistas a afastar o ceticismo, desconfiança e insatisfação da sociedade, tanto com relação a imperfeições institucionais, quanto às suspeitas da prática de desvios éticos na Administração Pública.

Nesse contexto, o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal buscou resgatar a confiança na administração pública e nos agentes públicos.

As orientações do Código apresentaram um conjunto de condutas esperados dos agentes públicos. E destacou que, para os

servidores públicos, o cuidado com os valores éticos na vida pessoal também é de suma importância, visto que sua conduta no dia a dia “pode acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional”.

Além disso, o Código de Ética consolidou a necessidade da **profissionalização** do serviço público, enraizando a premissa de que todo agente público é um profissional em formação, ou seja, alguém que deve aspirar ao aprimoramento profissional contínuo.

A elevação da ética pública a princípio constitucional contribuiu para que hoje o servidor público seja conhecido como agente de transformação social pois,

empenhado em sua missão, sabe que seu trabalho contribui para o bem-estar de toda a sociedade – da qual faz parte.

Há ainda grandes desafios para o serviço público – alguns deles são institucionais e estão fora do campo de ação dos servidores. Mas, tendo como alvo o **bem comum**, é possível encontrar motivação para perseverar na missão de servir. Com isso, o prestígio e a **confiança** da sociedade no serviço público passam a ser uma consequência natural da conduta ética dos servidores públicos!

Em caso de dúvidas sobre como agir em alguma situação ou incerteza sobre determinada conduta, entre em contato com a Comissão de Ética. Também estamos aqui para servir!